

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/8767</b>	<b>13214/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação-Rua da Escola, união de freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DU - [INTERNO]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

**Processo:** 23311/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

**Assunto do Processo:** Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**

O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/8558 de 13 de Março de 2026.

**RESOLUÇÃO**

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecederem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

**Despachos**

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**





**PROCESSO:** 23311/2025

**REGISTO DE ENTRADA:** 2025-E-RE-12175 / 30/05/2025

**REQUERENTE:**

**LOCAL DA OBRA:** Rua da Escola, união de freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião

**ASSUNTO:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura

**1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL**

- 1.1. O requerente, apresentou um requerimento, registado com o n.º 2026-E-RE-5599, de 09/03/2026, de modo a dar resposta ao despacho n.º 2025-11469 de 06/11/2025, referente ao licenciamento de obras de edificação, para efeitos de aprovação do projeto de arquitetura com vista à edificação de uma moradia unifamiliar, a levar a efeito no prédio sito na Rua da Escola, união de freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o n.º 971, inscrito na matriz de natureza urbana, sob o artigo n.º 1118.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

**2. ANTECEDENTES:**

Relativamente ao local da pretensão: localizaram-se os seguintes antecedentes:  
Outros: Processo de Destaque 6/2024/4052.

**3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:**

- 3.1. Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de licenciamento de obras de edificação se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 15, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria 113/2015, de 22 de abril e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, como verifica a informação técnica da DPU.

**4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS**

- 4.1. A proposta tem parecer externo favorável das Infraestruturas de Portugal, através da informação nº. 14544BRG250924 de 14/10/2025.
- 4.2. Tem parecer externo favorável da E-REDES, através da informação técnica nº. Carta/9440/2025/E-REDES de 09-06-2025.
- 4.3. Deverá ser dado conhecimento ao requerente das referidas informações.

**5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:**

- 5.1. **Enquadramento:**
- 5.2. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como "Espaço Residencial – ER5", segundo o PDM em vigor.
- 5.3. **Análise Urbanística:**
- 5.4. O projeto apresentado enquadra-se nas disposições legais e regulamentares em vigor e descrevem-se do modo seguinte:
- 5.5. Trata-se da construção de um edifício composto por cave, r/c, piscina e logradouro, para a realização de uma garagem de apoio a uma moradia unifamiliar isolada.
- 5.6. Cumpre o índice de impermeabilização máximo, conforme prevê a subalínea vii), da alínea b), do nº. 5, do artigo do Regulamento do PDM em vigor.



- 5.7. Cumprir a área máxima de construção, conforme prevê as subalíneas i), da alínea b), do n.º 5, do artigo 66º do Regulamento do PDM em vigor.
- 5.8. Satisfazer as exigências de estacionamento privado e público, previstas no artigo 106.º do regulamento do PDM em vigor, de acordo com os parâmetros definidos no artigo 106º do mesmo regulamento.
- 5.9. O requerente propõe ceder uma área de cerca de 67.00 m2 para ao domínio público.

#### 6. ANÁLISE REGULAMENTAR:

- 6.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 6.2. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, n.º 2, da redação em vigor do referido diploma
- 6.3. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 6.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.
- 6.5. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.

#### 4. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.
- 4.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.
- 4.3. Nos termos dos Artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, se comunique o teor da presente informação técnica ao requerente.

#### CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS

##### AS INTERVENÇÕES NO DOMÍNIO PÚBLICO DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTES CONDIÇÕES:

- a) Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes;
- b) Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura;
- c) Os trabalhos referidos anteriormente devem encontrar-se concluídos antes do pedido de emissão de autorização de utilização para a construção;
- d) Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei 220/08, de 12 de novembro, relativamente à Segurança Contra o Risco de Incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção;
- e) Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Decreto-Lei 46/2008 de 12 de março para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos RCD, conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo constante o anexo II do referido diploma.



**DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE**





**E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.**

Rua Dom Luís I, 12  
1249-008 Lisboa – Portugal

Câmara Municipal de Braga  
Praça do Município  
4700-435 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Carta/9440/2025/E-REDES	09-06-2025

Assunto: REQUERIMENTO SIRJUE: BRG2025/02954

Ex.mos. Senhores,

Na sequência do requerimento em assunto, informamos V. Ex<sup>as</sup> que existe rede de Média Tensão na zona de implantação da edificação.

De acordo com a planta de localização e os elementos constantes do projeto, a referida linha não interfere com a construção, verificando-se que a construção respeita a distância regulamentar com as linhas acima referidas.

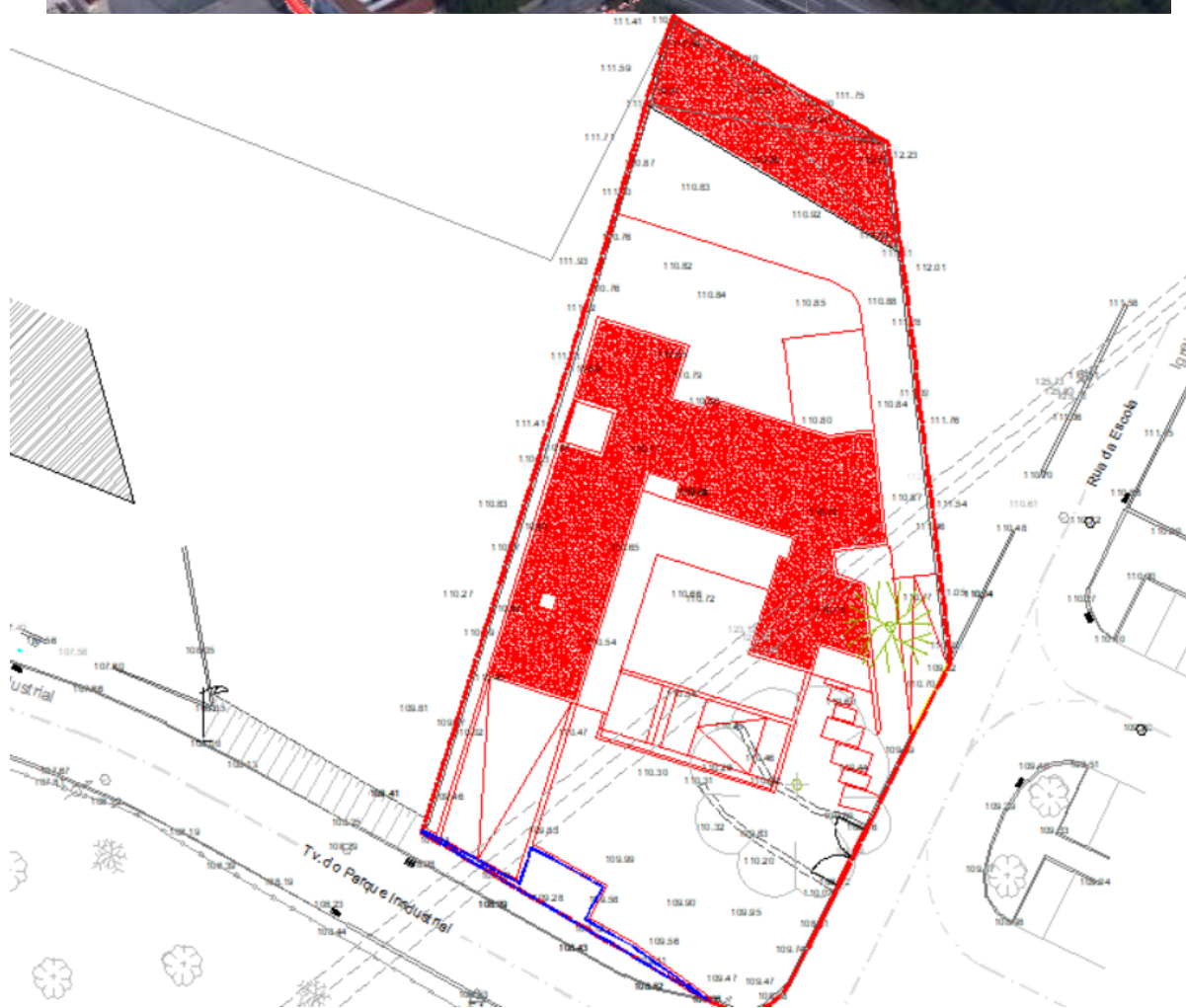
De qualquer modo, deverá ser instruído o requerente para que seja garantido em qualquer fase de realização das obras, o cumprimento estrito das distâncias mínimas de segurança à referida linha de acordo com o exposto nos planos de projeto em anexo, quer de pessoas, quer de equipamentos auxiliares, sob pena de lhe ser imputada a responsabilidade por qualquer acidente e/ou respetivos prejuízos que daí possam advir, que resultem do incumprimento de tais normas regulamentares de segurança.

Com os melhores cumprimentos,

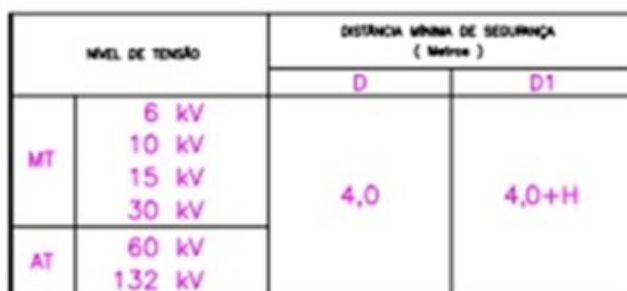
Área Serviços aos Ativos  
Estudos e Projeto MT - Análises e Pareceres





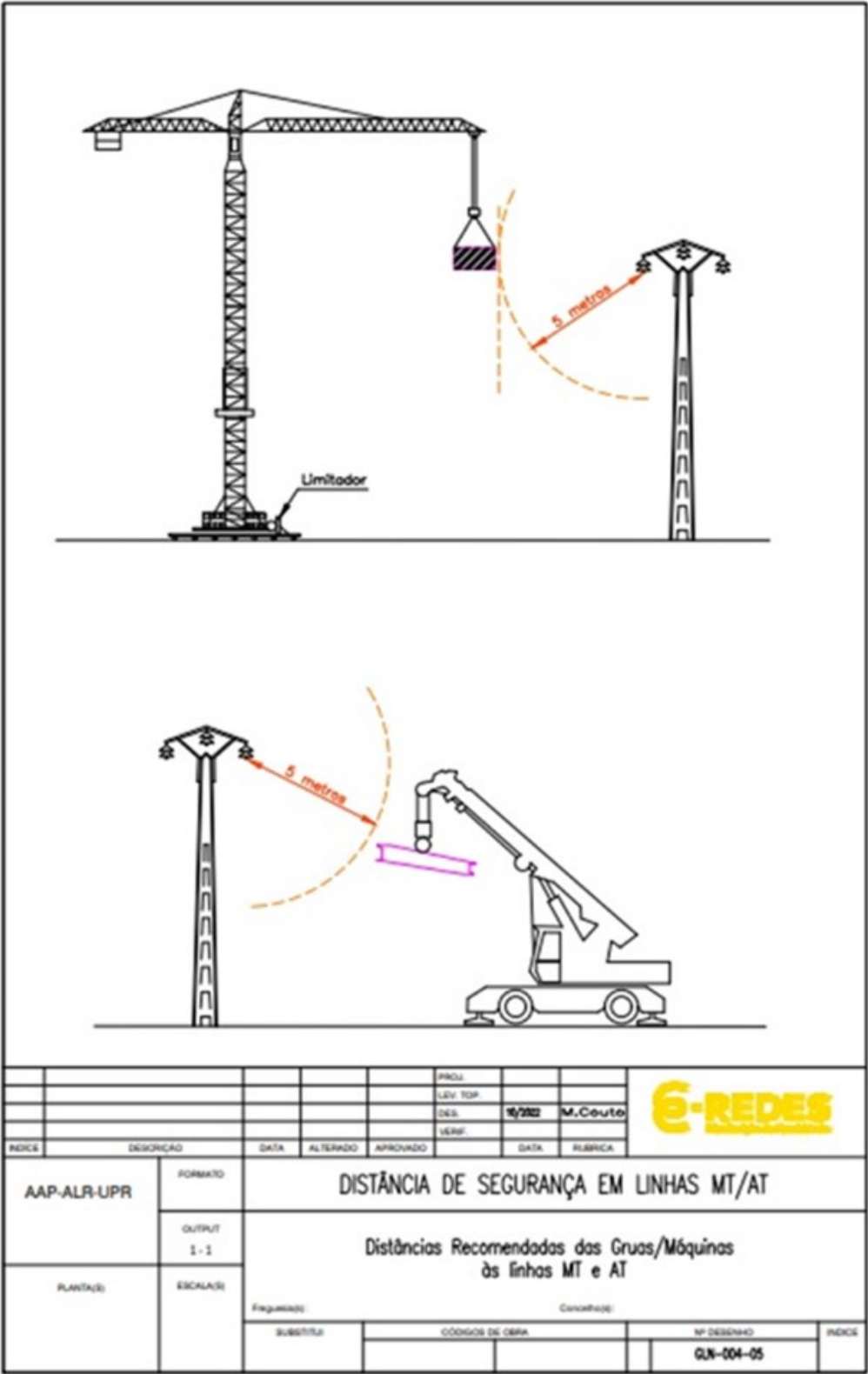






RECOMENDA-SE QUE A DISTÂNCIA DE SEGURANÇA, A RESPEITAR POR PARTES MÓVEIS DE GRUAS, SEJA A ACIMA INDICADA ACRESCIDA DE 1 METRO

[illegible]



**Gestão Regional Viana do Castelo e Braga**

Avenida S. Nicolau, nº 1114  
4935-488 Mazarefes – Viana do Castelo – Portugal  
T +351 212 879 000 · F +351 258 829 981  
grvct@infraestruturasdeportugal.pt

Largo da Estação – Edifício da Estação – Piso 9  
4700-223 Maximinos – Braga – Portugal  
T +351 212 879 000 · F +351 253 609 629  
grbrg@infraestruturasdeportugal.pt

Exmo<sup>o</sup>(a) Senhor(a)

Presidente da Câmara Municipal  
de Braga

Praça Conde de Agrolongo

4704-514 Braga

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	ANTECEDENTE	NOSSA REFERÊNCIA	SAÍDA /PROCESSO	DATA
BRG3109 2025-09-24		14452BRG250923	14544RG250924		2025-10-1

**Assunto: A3 ao km 47+459-LD**  
**Parecer a projeto de construção de habitação**

De acordo com o solicitado, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, informa-s V.Ex.<sup>a</sup> que a implantação proposta respeita a zona de servidão *non aedificandi*, estabelecida na alínea a), do n.º8, do artigo 32.º, do novo Estatuto da Rede Rodoviária Nacional, aprovada pela Lei n.º34/2015 de 27 de abril, ou seja, 50,00m para cada lado do eixo da estrada o dentro da zona de visibilidade e nunca a menos de 20,00m da zona da estrada.

É, ainda, de relevar que neste tipo de interferências, loteamentos e construções, ter-se-á de considerar o cumprimento do Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, no que concerne à vertente acústica.

Neste enquadramento, no âmbito do processo de licenciamento, deverá ser avaliada pelo requerente a verificação da compatibilidade da instalação de recetores sensíveis, na aceção do Regulamento Geral de Ruído, com os níveis sonoros atuais e previstos considerando





proximidade a uma infraestrutura rodoviária pré-existente, na medida em que a entidade gestora da rodovia não poderá ser responsabilizada, nesta matéria, por questões que deverão ser asseguradas aquando da instalação de edificações em fase posterior à da construção da autoestrada.

Face ao exposto, emite-se um **parecer favorável**.

Com os melhores cumprimentos,

A Gestora Regional

(NF)

